

## ATA nº 14 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

As 04 (quatro) dias do mes de abril de 1997 (hum mil novecentos e noventa e sete), foi realizada uma reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Associação Comercial, no Edifício Palácio do Comércio, 1º andar, com início às 20:00 horas. O Presidente do Conselho, Dr. Evaldo, iniciou a reunião, falando sobre o incidente ocorrido na Santa Casa de Misericórdia de Arapongas, que trata sobre uma denúncia feita por um usuário e que foi amplamente divulgada em jornais e televisão. Disse ter sido procurado por vários canais de televisão para entrevista-lo e falou que tomaria as devidas providencias. Enviou um ofício a mulher citada na denúncia e a mesma não compareceu para prestar esclarecimentos. Assim sendo, foi enviada nova correspondencia via judiciário e o Cartório enviou uma resposta dizendo que não encontrou a citada pessoa no endereço indicado, recebendo informações de que a mesma havia se mudado para Londrina. Em documento assinado pelo médico atendente, consta que o atendimento foi feito em caráter particular e não pelo S.U.S e a paciente negou-se a pagar, posteriormente, alegando que foi atendida pelo S.U.S. O Sr. Euclides opinou que deveria haver um acompanhamento de 02 (dois) Conselheiros, para acompanhar o depoimento dessa usuária, para depois julgar de quem é a culpa. Perquisou ao Sr. Izidoro se havia a possibilidade de se ter acesso ao prontuário, mas foi-lhe respondido que não, pois não é permitido a estranhos, por se tratar de algo particular, com dados que só interessam aos médicos e a paciente. Euclides sugeriu também que seja feita uma Comissão para estudar o assunto mais detalhadamente. Sandra relatou que ficou sabendo por outra paciente, que a citada pessoa da denúncia encontra-se num local (bar ou restaurante) chamado Kadete e que isso deveria ser averiguado, a pessoa deveria ser procurada para prestar novo depoimento para que se possa provar ou não o ocorrido. Sugeriu ainda que deveria ser dado um prazo para que a paciente compareça para dar seu depoimento. Dr. Evaldo disse não trouxe o assunto.

antes aos Conselheiros, porque queria ouvir essa pessoa, mas ela não foi encontrada e que o depoimento que ele fez à televisão deixou a desejar, pois houve cortes e isso também pode ser mal interpretado. Sobre a verba do Rapsus, pedida pela Santa Casa, falou que a mesma ficou para 2º plano, por causa dessa denúncia que teve repercussão no Estado. Disse ainda, que numa reunião, defendeu a Santa Casa, pois não se levou em conta o seu histórico, sua importância no Município e que a colocação de um 3º lugar em atendimento no Estado, também teve a colaboração da Santa Casa. A Vigilância Sanitária é um exemplo também, sendo que representou a cidade internacionalmente. Mesmo apresentando todos esses argumentos essa verba não saía, por enquanto, mas a documentação necessária foi toda enviada. Quanto ao prazo que Sandra sugeriu para se encontrar a paciente, será de 48 horas e se a mesma não for encontrada o Conselho vai deliberar o que deverá ser resolvido. Sandra disse que realmente existe a cobrança de taxas e que todo mundo sabe disso e quais são os riscos que os hospitais correm. O Dr. Evaldo disse que, legalmente, nunca recebeu uma denúncia, só se ouvem comentários, sendo que isso não basta para poder se tomar uma atitude. O Sr. Izidio perguntou se já houve denúncias sobre mal atendimento ou negligência por parte da Santa Casa e o Dr. Evaldo respondeu que não, só ouviu comentários. Disse ainda que quando assumiu a Secretaria de Saúde encontrou muitos problemas para serem resolvidos como pagamentos atrasados, contratações de mais pessoas tanto prestadores como em outras atividades e que ainda existe muita coisa a ser organizada. No orçamento da Prefeitura, foi destinada à Santa Casa, uma verba que seria paga mensalmente, mas a mesma foi paga de uma só vez. Como os outros hospitais não são de caráter filantrópico, não recebem verba municipal, só poderiam receber a cesta básica, que a Santa Casa também recebe. Existe também a possibilidade de Santa Casa arrendar o hospital Nossa Sra. de Lourdes para dar um pronto atendimento e a Prefeitura pagaria a diferença que fosse necessária. No fechamento do últi-

no faturamento da Santa Casa havia 1050 (um mil e cinquenta) atendimentos repesados. Antonio Alves (Tota) falou que essa cobrança de taxas deve acabar de uma vez por todas, mas o Sr. Izido continua insistindo que a Santa Casa não conseguiria sobreviver. Tota perguntou ao Dr. Evaldo, quanto a Prefeitura paga para a saúde e este respondeu que a Secretaria de Finanças está fazendo um balanço para apresentar, mas existe o Fundo Municipal de Saúde e é preciso exigir que seja regularizado e que se fale com o Prefeito para que se resolva esse problema. O Sr. Amilton disse que só se houver, digamos reclamações, mas o Conselho não faz nada. É preciso tomar uma providência rápida, fazer reuniões com o Prefeito, fazer um diagnóstico da região, da cidade e tomar posições. O Dr. Evaldo falou sobre o atendimento aos acidentes de trânsito que deveriam ser feitos pelo seguro obrigatório e não pelo S.U.S, que já atende os acidentes de trabalho; pediu que os Conselheiros pensem no assunto. Resumindo o assunto inicial, os Conselheiros Antonio Martins e Antonio Alves (Tota), ficaram encarregados de procurarem a paciente que fez a denúncia e na próxima reunião, que será no dia 03 de abril de 1997, deverão trazer uma resposta aos demais Conselheiros, sendo que o Tota disse que também deverá trazer mais algumas questões para serem estudadas. Após mais alguns comentários, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Vieira, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

Abria  
 Carlos Gomes

A. Alves

~~Amilton~~  
~~Antonio Martins~~  
~~Antonio Alves~~